



ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE ESCOLA, COMUNIDADE E EDUCAÇÃO MORAL

Claudiele Carla Marques Silva – FCT - UNESP

Maria Suzana De Stefano Menin – FCT – UNESP

Agência Financiadora: FAPESP

Resumo:

Os resultados apresentados nesse texto são provenientes de uma pesquisa de mestrado que tem como intuito analisar as relações entre projetos de Educação Moral nas escolas e a comunidade que as circundam. Para tanto, dá continuidade e aprofunda uma pesquisa anterior nomeada “Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras”, analisando 293 experiências ali coletadas de Educação Moral em escolas públicas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio do Estado de São Paulo. Nesse texto apresentamos como são e como deveriam ser as relações estabelecidas entre a escola e a comunidade referente aos projetos de Educação Moral, segundo a literatura da área. Num segundo momento, apresentamos e analisamos a questão “De alguma forma a comunidade em volta da escola provocou essa experiência?” tratada por meio do programa *Alceste*. Concluímos que são importantes os incentivos dessas integrações, pois os benefícios estão relacionados com o estreitamento de laços entre escola e comunidade, com o intuito de ampliar a relação de respeito e confiança, promovendo.

Palavras-chave: Educação Moral. Escola Pública. Comunidade.

Introdução

Nesse artigo apresentamos resultados parciais da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Moral, escola e comunidade: uma relação (des)articulada?”, que faz uma investigação sobre as possíveis relações que a escola mantém com a comunidade referente aos projetos e/ou experiências de Educação Moral. Esta pesquisa de mestrado está sendo realizada por meio de duas etapas: uma teórica, através da revisão bibliográfica na área de Educação Moral e outra empírica, através da análise de 293 projetos de Educação Moral realizadas em escolas públicas do Estado de São Paulo, coletados na pesquisa “Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras” (MENIN, 2009).

No trabalho agora apresentado temos como objetivo fazer uma discussão teórica, ainda provisória, e uma análise empírica. Primeiro, recorreremos à literatura específica da área para

pensarmos sobre as possíveis relações que a escola pode manter com a comunidade referente aos projetos e/ou experiências de Educação Moral. Num segundo momento, analisamos como essas relações acontecem em experiências de Educação Moral realizadas pelas escolas públicas de São Paulo. Para tanto, apresentamos e analisamos os resultados obtidos por meio do tratamento feito pelo *Alceste* da questão “De alguma forma a comunidade em volta da escola provocou essa experiência?”.

Para discutir sobre as relações da escola com a comunidade referente aos projetos de Educação Moral é preciso, antes de tudo, conceituar três temáticas que se cruzam no desenvolvimento desse estudo: Educação Moral, escola e comunidade. Passaremos a defini-las.

A *Educação Moral* apresenta-se como uma urgência pedagógica, tanto na fala de educadores como de autores na literatura, devido, entre outros fatores, à crise de valores na sociedade atual (JARES, 2005; LA TAILLE, 2009; LA TAILLE e MENIN, 2009). Há, também, um crescente reconhecimento que a educação dos jovens, sobretudo em questões relacionadas à formação moral, é uma ação complexa e exige, para se obter sucesso, uma reflexão sobre o entorno escolar, sobre ações voltadas a responderem problemas que se apresentem na comunidade, bem como, sobre a participação da comunidade nessas ações de mudanças. (BELINTANE, 1998; SERRANO, 2002; ARAÚJO, 2007).

Consideramos Educação Moral como sinônimo de Educação em Direitos Humanos, Educação em Valores e Ética e Cidadania, pois em todas essas modalidades de ensino estão explícitas escolhas e finalidades morais, tais como: justiça, respeito, dignidade, solidariedade, cooperação, etc.

Na literatura da área, muitos pesquisadores têm proposto como deve ser a Educação Moral (ALFAYATE, 2002; MENIN, 2002; SERRANO, 2002; CORTINA 2003; ARAÚJO, 2007; GOERGEN, 2005). Nesses autores podemos encontrar várias definições para o conceito de Educação Moral, porém, destacamos que há certo consenso em alguns aspectos.

Para esses autores, a escola deve incumbir-se da Educação Moral das crianças e jovens com a parceria da família e da comunidade; essa educação deve ser de preferência, transversal e interdisciplinar aos programas escolares; devem ser discutidos, refletidos e reconstruídos regras e princípios que orientam como viver harmoniosamente; os métodos devem ser condizentes com os fins que se pretende alcançar, assim, se a pretensão é formar sujeitos autônomos os meios devem ser baseados no diálogo, na participação, no respeito, na reflexão.

Complementando essa ideia, Serrano (2002, p. 62) aponta que a Educação Moral envolve “todas as ações educacionais relacionadas ao desenvolvimento valorativo do sujeito.

Por isso, deve constituir um âmbito de reflexão individual e coletiva que permita elaborar racional e autonomamente princípios gerais de valor”. As principais finalidades da Educação Moral para a autora são:

[...] respeito à dignidade da pessoa, aos direitos humanos, e na busca de pessoas autônomas e dispostas a se compreender em uma relação pessoal e em uma participação social. Em síntese, trata-se de desenvolver formas de pensamento sobre temas morais e cívicos cada vez melhores, mas trata-se também de aprender a aplicar essa capacidade de julgamento à sua própria história pessoal e coletiva a fim de melhorá-la. Em suma, o objetivo central da Educação Moral consistirá em assumir firmemente os valores morais como guia das atitudes consolidadas que deverão levar ao cumprimento de normas de conduta. (SERRANO, 2002, p. 66).

Alfayate (2002, p. 53) reforça que “educar na dimensão moral da pessoa significa educar sua autonomia, sua racionalidade, sua capacidade de diálogo [...] que envolvam o pensar e o agir de cada ser humano, para que, respeitando a liberdade de todas as pessoas, sua maturidade ética seja possível”.

A *escola* é considerada por muitos autores na área, como uma das mais importantes instituições de socialização da criança onde seus comportamentos passam a ser regulados em função de regras coletivas. É na escola que a justiça se faz conhecer como uma forma coletiva de imposição de regras a um grupo de alunos. Ou seja, crianças podem vir a conhecer as regras da justiça e as maneiras de impô-las por meio dos procedimentos e vivências escolares. (MENIN, 2002).

Conforme Goergen (2005) a escola, velada ou explicitamente, querendo ou não, exerce efetivamente a função de formadora moral dos alunos. Essa formação se dá tanto por meio de valores intelectuais quanto por valores de convivência. Para o autor, a escola deve planejar as formas de educar moralmente seus alunos, pois ela tem sua especificidade na reflexão crítica.

Serrano (2002) aponta que “A escola tem que ser, ela própria, um lugar onde se convive na tolerância e na igualdade, contribuindo assim, mais até do que com os conhecimentos, para iniciar a vida social e democrática dos jovens”. (SERRANO, 2002, p. 58).

Para sintetizar, destacamos que a escola desenvolve um papel de primeira magnitude na Educação Moral, pois é permeada de valores éticos e de convivência. Por esse motivo, se caracteriza como “uma verdadeira usina de sentidos, sentidos de vida (ética) e de convivência

(moral), e não há outra instituição social de que se possa dizer o mesmo”. (LA TAILLE, 2009, p.80).

Assim como alertou Groppo (2011), o termo *comunidade* traz em si carga ideológica e abrangência semântica, por isso o termo tem sido tratado com cuidado e até negação pelos cientistas sociais. Groppo (2011, p. 1) ainda aponta que “[...] não é necessário, apesar dos riscos, inventar ou utilizar uma palavra mais neutra, já que é bom fazer uso, justamente, de termos praticados na vida cotidiana quando se referem, de algum modo, ao conjunto de fenômenos ou aspectos da realidade que se deseja investigar”.

Para Groppo (2011) o termo comunidade refere-se a uma realidade da vida humana. Sung (2003) entende por comunidade a população que reside no entorno escolar: no bairro onde se localiza a escola e em localidades circunvizinhas que a escola procura servir. (SUNG, 2003).

Embora reconhecido que com o desenvolvimento da sociedade globalizada é difícil se pensar numa comunidade que se limite aos arredores da escola, consideramos que é nesse espaço que se apresentam as particularidades do grupo de alunos que a frequentam. A escola pode ser marcada por diversos elementos do meio em que se insere, tais como: associação de pais, associação de bairro, igrejas, iniciativas de instituições municipais próximas à escola, entre outros. Por outro lado, a escola também pode ser marcada por muitos problemas, tais como: tráfico de drogas, banditismo, vandalismo, diversas formas de violência, precárias condições de saneamento básico; e, também, por problemas ambientais ligados ao descaso do poder público ou ainda ligados a acidentes da natureza como, por exemplo, enchentes. Dessa forma, consideraremos nessa pesquisa a comunidade ao redor da escola, sem desconsiderar o contexto social como um todo.

A comunidade em torno da escola não se limita às pessoas que lá estudam e seus familiares, mas estendem-se a todos aqueles que moram no bairro ou nos bairros vizinhos próximos a escola. Temos consciência que, com a globalização, a força da mídia, a proveniência de alunos de diversos locais, entre outros, a escola e todos os seus membros podem ser afetados por influências provindas dos mais diversos espaços; no entanto, hipotetizamos que o entorno escolar ainda possui seu poder de marcar fortemente a escola e os alunos de diversos modos.

Metodologia

Os resultados apresentados nesse texto são provenientes da pesquisa de mestrado intitulada “Educação Moral, escola e comunidade: uma relação (des)articulada?”.

Essa pesquisa tem como intuito analisar as relações entre projetos de Educação Moral nas escolas e a comunidade que as circundam. Para tanto, dá continuidade e aprofunda uma pesquisa anterior nomeada “Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras” (MENIN, 2009), analisando as experiências ali coletadas de Educação Moral em escolas públicas de ensino fundamental (6º ao 9º ano) e médio de várias regiões do Brasil.

Os dados da pesquisa foram coletados na forma *online* ou na forma escrita aplicada junto a professores, diretores e/ou coordenadores pedagógicos de escolas públicas brasileiras do Ensino Fundamental (5º ao 9º ano) e Ensino Médio. O questionário completo da pesquisa coordenada por Menin (MENIN, 2009) apresentou 24 questões que produziram, como resultado, uma descrição detalhada dos projetos considerados pela escola como de Educação Moral. As questões abordavam: os temas, as finalidades, os meios empregados, o número de participantes, tempo de duração, relações da experiência com a comunidade extraescolar, modos de avaliação e se receberam formação específica para sua realização. Além disso, as primeiras questões procuravam apreender as concepções mais espontâneas dos participantes sobre se a escola deve ou não dar Educação Moral e como ela deveria ser.

Esse trabalho está organizado em duas etapas: inicialmente apresentamos a revisão bibliográfica, ainda provisória, referentes às relações ente escola, comunidade e Educação Moral na literatura específica da área; num segundo momento, expomos a análise empírica da questão “De alguma forma a comunidade em torno da escola provocou essa experiência? Se sim, como?” tratada por meio do programa *Alceste*.

O levantamento bibliográfico está sendo realizado com base nos escritos da atualidade sobre Educação Moral e que se inspiram na Psicologia do Desenvolvimento Moral. Abordamos aportes teóricos de autores, tais como: Araújo (2007); Belintane (1998); Cortina (2003); Goergen (2005); La Taille (2009); La Taille e Menin (2009); Medione (2010); Puig (2004); Serrano (2002); Tognetta e Vinha (2007); com a finalidade de investigar como as relações entre Educação Moral, escola e comunidade aparecem na literatura. Além disso, a análise teórica também consiste no exame de certos documentos nacionais sobre Educação Moral, tais como os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação sobre Ética como tema transversal (BRASIL, 1998) e o programa “Ética e Cidadania” do MEC (BRASIL, 2007), para identificar se neles há, e como são tecidas, as relações entre Educação Moral, escola e comunidade.

Na segunda parte do trabalho, apresentamos a análise da questão “De alguma forma a comunidade em torno da escola provocou essa experiência? Se sim, como?” tratada por meio do programa *Alceste*.

O *Alceste* (Analyse Lexicale par Contexte d’un Ensemble de Segments de Texte) é um software estatístico criado por em 1990 por Max Reinert que visa identificar classes de respostas contida no texto através do tratamento estatístico dos seus elementos, assim, as respostas dos sujeitos são divididas em unidades com sentido. (REINERT, 2005)

Relação escola, comunidade e Educação Moral na literatura

Para iniciar a discussão, sobre quais relações podemos esperar que a escola estabeleça com a comunidade, apresentamos a pesquisa de Belintane (1998) que discute as relações de violência e indisciplina de duas escolas, uma escola pública da periferia da grande São Paulo e outra escola, confessional, particular de classe média. Conclui que na escola pública da periferia:

Os arredores da escola, o bairro, os morros, as periferias andam mesmo transbordando suas violências sobre a escola e sufocando as possibilidades de exercício da “didática” [...] Muitas vezes, a escola pública funcionará como um centro para onde irão convergir e no qual irão se chocar, os valores e expectativas de cada grupo. (BELINTANE, 1998, p. 27).

Para o autor, a escola pública deve direcionar seus esforços educacionais a fim de minimizar problemas sócio morais contextuais que nela se apresentarão na forma de violência ou indisciplina.

Apesar do estudo acima citado, percebemos que são poucas as pesquisas que tratam, mesmo que de forma secundária, das relações entre Educação Moral, escola e comunidade. Por outro lado, na literatura da área, alguns autores compartilham certos pontos em comum sobre a relação da escola, comunidade e Educação Moral.

As discussões da relação do homem com seu meio não são novas, o filósofo grego Epicuro (séc. III, ac) dizia que “A natureza criou-nos para a comunidade”.

Autores contemporâneos complementam essa ideia. Para Cortina (2003, p. 98), “em algum momento, a moral tornou-se impensável se considerada à margem das comunidades nas quais os indivíduos desenvolvem suas capacidades [...] porque, definitivamente, do bem

da sociedade decorre o bem individual”. Assim, a Educação Moral é inconcebível sem levar em conta a realidade e o contexto onde o indivíduo se desenvolve.

Nesse mesmo sentido, Goergen (2005) defende que o sujeito não forma a sua identidade a partir de um impulso subjetivo, mas a partir da relação intersubjetiva com o outro, no meio social no qual vive. Portanto, para o autor, a formação moral do sujeito depende fundamentalmente do contexto com o qual ele se relaciona interativamente. Para o autor, o problema ético não é individual, é a relação do indivíduo com a comunidade.

Complementando essa ideia, Puig (2004) assinala que para a Educação Moral nas escolas ocorrer de maneira adequada, é necessário superar a visão de sujeito isolado e provido de capacidades morais individuais, cujo desenvolvimento explica sua conversão em uma pessoa correta e feliz. Dessa forma, devemos considerar o sujeito moral como alguém imerso em um meio sociocultural, e que não é autossuficiente na medida em que precisa de seu ambiente para construir suas condutas morais. Assim, para Puig (2004, p. 11) “a Educação Moral dependerá, em maior medida, da construção de um meio educacional cujas práticas e cultura moral expressem valores que vão conduzir e impregnar cada um dos alunos que o frequentam”.

Em relação aos projetos de Educação Moral, Serrano (2002) aponta que eles devem ser elaborados para responderem a fatos sociais complexos e que surjam na comunidade em torno da escola, respondendo ao contexto social dos alunos e repercutindo na vida cotidiana dentro e fora da escola.

Além disso, Araújo (2007, p. 38) assinala que para a Educação Moral efetivamente acontecer nas escolas é preciso “[...] uma articulação dessas ações com a família e a comunidade onde vive a criança, de forma que tais preocupações não fiquem limitadas aos espaços, aos tempos e as relações escolares”. Ou seja, essa educação deve responder aos problemas sociais apresentados pela comunidade.

Medione (2010) defende que a realidade deve ser levada em conta e devem ser trabalhadas as noções de sentidos da escola e da relação com o saber, considerando o ambiente específico das crianças e a ação dos diferentes parceiros educativos no bairro.

Para Tognetta e Vinha (2007) a Educação Moral escolar é melhor quanto mais ampla ela se apresenta na escola, envolvendo toda a comunidade e espaços escolares.

Esses autores defendem que a escola deve se relacionar com seu entorno, principalmente, pelo reconhecimento das especificidades e dos problemas que nele se apresentam. Além disso, por reconhecerem que o meio social no qual o sujeito vive influencia meu modo de ser e estar no mundo.

Destacamos que a Educação Moral tem ganhado espaço no cenário atual, inclusive no âmbito das políticas públicas educacionais. As políticas de integração entre a escola e a comunidade estão sendo desenvolvidas, com mais intensidade a partir dos anos 90, pelo Estado de São Paulo, com o apoio da UNESCO, como o “Programa escola da família” e a “Escola Aberta” (FERREIRA, 2009).

Esses programas, segundo Ferreira (2009), foram elaborados com o intuito de a comunidade externa assumir, em parte, os problemas da educação por meio da abertura dos espaços escolares no fim de semana. Mesmo que esses programas não estejam diretamente ligados à relação da Educação Moral nas escolas com a comunidade, demonstram que essa relação é necessária, seja para a Educação em geral como para a Educação Moral.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - Temas Transversais - (BRASIL, 1998), apontam que a relação da escola com a comunidade é uma rica contribuição, principalmente, pelo vínculo que estabelece com a realidade e os problemas da comunidade onde vivem seus alunos. O documento ainda cita que é essencial:

[...] mostrar a importância da participação da comunidade na escola, de forma que o conhecimento apreendido gere maior compreensão, integração e inserção do mundo; a prática escolar comprometida com a interdependência escola-sociedade tem como objetivo situar as pessoas como participantes da sociedade – cidadãos - desde o primeiro dia de sua escolaridade. (BRASIL, 1998, p. 10).

A integração da escola com a comunidade é assegurada por lei, através da Lei de Diretrizes e Bases (LDB 9394/1996), ficando os estabelecimentos de ensino com “a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola” (Art. 12. Inciso VI). No mesmo documento há explícito o papel do professor nessa integração, os “docentes incumbir-se-ão de colaborar com as atividades de articulação da escola com a família e a comunidade” (Art. 13, inciso VI).

Esses princípios educacionais estão relacionados com o estreitamento de laços entre escola e comunidade, com o intuito de ampliar a relação de respeito e confiança, promovendo, por um lado, a valorização da escola junto à comunidade local e à sociedade e, por outro, estendendo os benefícios da educação além dos muros da escola. Na medida em que os projetos escolares consideram o contexto sócio moral dos alunos, possibilitam a oportunidade de se apropriarem de sua realidade de modo a refleti-la e nela intervir, além de desenvolverem a autonomia e a participação social.

Sobre os meios de integração, ou seja, estratégias que podem facilitar as relações da escola com a comunidade referente aos projetos de Educação Moral, alguns autores como Alfayate (2002); Araújo (2007); Belintane, (1998); Bezerra (et al. 2010); Cortina (2003); Medione (2010) e Nogueira (1999) apontam, unanimemente, que deve ser pautado no diálogo e na confiança. Para isso a escola deve oportunizar "situações de encontro" a fim de conhecer os recursos da comunidade e os aspectos da sua realidade.

Para Alfayate (2002) devemos ter consciência dos problemas de curto e longo prazo do entorno escolar para, assim, definir o caminho para as soluções.

Sobre essa integração, Cortina (2003) aponta que é por meio do diálogo e do reconhecimento de que todos os membros da comunidade, inclusive os alunos, tem a capacidade de se expressar para melhorar seu entorno. Assim, deve-se reconhecer o outro como um fim, e não simplesmente como um meio, como um interlocutor com quem construir um mundo melhor, demonstrando ser responsável pela realidade, principalmente, a realidade local.

Para Araújo (2007) a escola deve, sem abrir mão de suas especificidades, estar em contato com seu entorno, para que haja a participação da comunidade em seus processos educativos.

Szymanski (2001 apud BEZERRA et al., 2010) salienta que, em um panorama no qual a importância das contribuições da comunidade tem sido alvo de considerações, há necessidade de acompanhamento dos projetos e das estratégias de integração. Além disso, o autor enfatiza que todo processo requer, acima de tudo, persistência; seja para resistir ao impulso de repetir hábitos arraigados, seja para efetivar novos procedimentos.

Nogueira (1999) assinala que a primeira etapa para a integração entre a escola e a comunidade é a de provocar encontros com o intuito de criar condições para que sintam vontade de trabalhar juntas. Porém, o mesmo autor destaca que estabelecer uma relação harmoniosa com a comunidade não é suficiente é preciso, além disso, trabalhar juntos.

Para Bezerra et al. (2010) essa relação deve ser pautada pelo diálogo e pela participação. A autora parte do princípio que todos os membros da comunidade têm condições de elaborar propostas para melhoria da educação. Nessa abordagem compreende-se a comunidade como participante das elaborações de propostas que partam das necessidades reais da comunidade. Vale salientar, todavia, que essa relação deve ser construída pela escola, pois é provável que a comunidade não tenha essas iniciativas.

A escola deve possibilitar situações para que a comunidade tenha voz e participação na vida da escola para que, assim, seja possível identificar os problemas, os recursos e a especificidades daquela população.

Por outro lado, a não integração entre a escola e a comunidade pode gerar um sentimento de não pertencimento e indiferença dos membros da comunidade em relação à escola. As consequências dessa não integração são:

[...] danos no patrimônio da escola, como por exemplo, salas pichadas, carteiras e banheiros depredados, etc. Além disso, não raro, alunos agridem verbal e fisicamente seus professores, o pessoal de apoio e os próprios colegas, em uma demonstração explícita de desrespeito a escola como um todo. (BEZERRA et al. 2010, P. 24).

Nesse sentido, acreditamos que é preciso criar laços com a comunidade para que as representações, tanto da escola quanto da comunidade, sejam transformadas positivamente para que possam trabalhar juntas com confiança e colaboração. (MEDONI, 2010).

Para finalizar, apontamos, ainda que provisoriamente, que a escola pode estabelecer três tipos de relações com a comunidade. Uma primeira relação que a escola pode manter com a comunidade é reconhecendo que os problemas que nela se apresentam podem interferir na vida escolar e devem, então, ser considerados. Essa primeira relação é a mais discutida pelos autores na literatura da área, pois a ênfase é dada no reconhecimento das especificidades e dos problemas do entorno escolar.

Outra relação pode se dar por meio do reconhecimento que a educação oferecida pela escola terá reflexos na comunidade, produzindo efeitos no meio em que os alunos vivem.

Por último, pode-se ainda pensar numa outra relação em que a comunidade comparece como auxiliar da escola nas iniciativas de Educação Moral.

A seguir, apresentamos a análise sobre a questão “De alguma forma a comunidade em torno da escola provocou essa experiência? Se sim, como?” para compreender como acontece essas relações nos projetos de Educação Moral desenvolvidos pelas escolas.

Relação escola e comunidade nos projetos de educação moral

Quando questionamos aos agentes escolares se os projetos realizados pelas escolas tiveram relações com a comunidade de seu entorno, 31% das respostas foram afirmativas, ou

seja, 92 experiências das 293 analisadas. Essas respostas afirmativas foram tratadas pelo programa Alceste.

O programa selecionou e dividiu as respostas em cinco classes diferentes. Essas classes foram compostas de 80 U.C.E representando 83% do material analisado. Em relação à distribuição das UCE entre as classes, que indica sua representatividade no conjunto do corpus analisado, constatamos que a classe com maior número de UCE foi a classe 4, com 32, correspondendo a 32,5% do total de UCE classificadas; em seguida, a classe 5, com 18, equivalendo a 22,5% do total; logo após, as classes 1 e 2, com respectivamente 14 (17,5%) e 12 (15%); e com menor número de UCE está a classe 3, composta por 10, que corresponde a 12,5% do total. Notamos, de forma geral, que as distribuições das UCE entre as classes foram semelhantes, com exceção da classe 4 que obteve quase um terço de da representatividade de todo o corpus analisado.

A seguir, apresentamos na Tabela 1 uma síntese dos principais resultados, tais como: ordem em que foram geradas, número de U.C.E, porcentagem de cada classe em relação ao total e como nomeamos cada classe.

Realizamos a leitura de cada classe a partir de suas palavras mais significativas e por meio dos exemplos de respostas típicos de cada classe.

Tabela 1: Classes geradas pelo programa *Alceste* em relação à questão “De alguma forma a comunidade em volta da escola provocou essa experiência?”

<i>Classe</i>	<i>Tamanho</i>	<i>Denominação</i>
Classe 1	14 U.C.E (17,5%)	Devido a problemas ou falta de condições das famílias
Classe 2	12 U.C.E (15%)	Pelos valores e experiências vivenciados na comunidade
Classe 3	10 U.C.E (12,5%)	Devido às carências em que os alunos vivem
Classe 5	18 U.C.E (22,5%)	Por conta do papel dos pais e dos professores na Educação Moral
Classe 4	26 U.C.E (32,5%)	Necessidades apresentadas pela comunidade

Analisando os dados das cinco classes de respostas vemos que duas tendências mais se destacaram: primeiro, as relações da escola com a comunidade são estabelecidas devido aos problemas, carências ou valores vivenciados pelos alunos e suas famílias na comunidade (Classe 1 e 2); segundo, por conta das especificidades e necessidades do bairro e seus membros, bem como, pela necessidade de participação dos pais e professores nos projetos (Classe 2, 5 e 4).

As relações estabelecidas devido aos dos valores e experiências vivenciados pelos alunos (classe 2) e devido aos problemas, falta de condições das famílias ou de tempo por conta do trabalho das famílias (classe 1) totalizam 32,5% das respostas. São exemplos de falas dos agentes escolares, respectivamente:

“Devido aos valores apresentados pelos alunos, que chegam um tanto deturpados na escola. De certa forma, tentamos redirecionar esse enfoque, tentando fazer com que os alunos sejam os difusores da experiência vivida na escola” (Coordenador pedagógico atuando no nível fundamental).

“Porque foi constatado em algumas famílias problemas de socialização, desagregação familiar e drogas” (Coordenador pedagógico atuando no nível fundamental).

Tais respostas podem evidenciar a necessidade, por parte dos agentes escolares, de uma integração entre escola e comunidade em função de uma situação de crise ou carência vivenciada pela comunidade e seus membros e que podem afetar de alguma forma a vida

escolar. Parte dos agentes escolares afirmam que as famílias não estão educando seus filhos por falta de tempo ou então que os valores perpassados no seio familiar estão deturpados.

Assim, as relações estabelecidas com a comunidade presente na classe 2, se dão, nas palavras dos agentes escolares, devido aos valores deturpados advindos da família e da comunidade. Sobre esse fato, Alfayate (2002) aponta que os agentes escolares devem pensar em quais valores deverão ser reforçados no âmbito escolar. Para isso, devem enumerar os valores da comunidade e os princípios da escola e, então, priorizar quais valores serão perpetuados na escola.

Outro grupo de respostas aponta relações estabelecidas devido às necessidades apresentadas pela comunidade (classe 4), às carências dos alunos (classe 2) e apontam o papel dos pais e dos professores na Educação Moral (classe 5). São exemplos dessas classes, respectivamente:

“Antes de iniciar qualquer projeto é preciso diagnosticar as necessidades da comunidade e assim descobrir a importância de elaborar tais projetos” (Coordenador pedagógico atuando no nível médio).

“A escola está inserida em um bairro carente, desprovido de postos de saúde, posto policial e comércio em geral. A maioria dos pais dos nossos alunos possui ensino fundamental incompleto, no bairro há um alto índice de desemprego, a maioria da comunidade vive de benefícios sociais” (Coordenador pedagógico atuando nos níveis fundamental e médio).

“Devemos procurar integrar pais e professores na ação educativa, pois o exemplo é a mais ampla e profunda didática que pode ser aplicada ao educando. Pais e professores que derem bons exemplos de conduta moral para o bem comum estarão totalmente integrados no fim último da educação, que é formar o caráter, o cidadão consciente de seus deveres e dos direitos que cabem não somente a ele, mas a todos, igualmente” (função secretário atuando em escola de nível fundamental).

Pode-se observar que nessas classes de respostas as relações são estabelecidas com a comunidade para atender suas necessidades, as carências vivenciadas pelos alunos ou pela importância da participação dos pais e dos professores nessa educação.

Atender às necessidades das comunidades nos projetos de educação moral desenvolvidos pelas escolas, assim como apontado na classe 4, é importante para que os

projetos tenham sentido para os alunos. Além disso, esse tipo de relação pode promover a valorização da escola junto à comunidade, na medida em que seus projetos atendem demandas advindas do seu entorno.

Dessa forma, considerar os problemas vivenciados pelos alunos em sua comunidade é de extrema importância para a Educação Moral. Autores como Araújo (2007) Medione (2010) e Serrano (2002) destacam em seus estudos que os projetos de Educação Moral devem ser elaborados para responderem a fatos sociais complexos, tais como os que foram acima apontados pelos agentes escolares, que surjam na comunidade em torno da escola, respondendo ao contexto social dos alunos e repercutindo na vida cotidiana dentro e fora da escola. Ou seja, essa educação moral deve responder aos problemas sociais apresentados pela comunidade.

Por fim, os agentes escolares relataram que houve relações com a comunidade devido ao papel das famílias e dos professores na Educação Moral, classe 5, destacando o exemplo familiar e dos professores como fundamental para esse tipo de educação.

Tecendo algumas considerações

Considerando a literatura a respeito da integração escola, comunidade e Educação Moral destacamos que poucos são os estudos que tratam dessa temática nas pesquisas educacionais. Por outro lado, percebemos que essas relações são incentivadas por meio de documentos oficiais como os PCNs e a LDB.

Quanto às relações estabelecidas nas escolas analisadas, podemos afirmar que ainda são poucos os projetos de Educação Moral que consideram as especificidades da comunidade ao redor da escola. Das 293 experiências analisadas, apenas 92 agentes escolares foram afirmativos quando questionados se comunidade em volta da escola provocou a experiência. Nas relações que são estabelecidas nesses projetos, podemos afirmar que surgiram das necessidades e demandas das comunidades.

Para que mais escolas reconheçam a necessidade de integração e tenham subsídios para realizá-la da melhor maneira possível acreditamos que sejam necessárias parcerias entre universidades, estudiosos na área da Educação Moral e instituições de Educação Básica e seus professores para a oferta de uma formação adequada aos mesmos tornando possível a estruturação e acompanhamento de bons projetos de Educação Moral.

Acreditamos que esse trabalho pode ser um ponto de partida para que outros pesquisadores se interessem pelo assunto, pois mais pesquisas precisam ser feitas sobre essa problemática que é tão importante nos dias atuais.

Para finalizar, destacamos que essa integração se faz necessária para que a comunidade, e todos os seus membros, sintam-se responsáveis pela escola, pela educação dos alunos e, principalmente, pela realidade local, no sentido de corresponsabilidade.

REFERÊNCIAS

ALFAYATE, M. G. Para um sistema básico de valores compartilhados no Projeto Educativo de Centro. In: NIEVES, A M; et al. *Valores e temas transversais no currículo*. Tradução: Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ARAÚJO, U. F.; A construção social e Psicológica dos valores. In: ARAÚJO, U. F.; ARANTES, V. A. (org.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007. (Coleção pontos e contrapontos).

BELINTANE, C. O poder de fogo da relação educativa na mira de novos e velhos prometeus. In: *Cadernos Cedes*, v. 19, n.47, p. 20-35, 1998.

BEZERRA, Z. F.; SENA, F. A.; DANTAS, O. M. S.; CAVALCANTE, A. R.; NAKAYAMA, L.; SANTANA, A. R. Comunidade e escola: reflexões sobre uma integração necessária. *Educar em Revista*. n. 37. Agosto-maio, 2010.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental; *Parâmetros Curriculares Nacionais*; terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL, Secretaria de Educação Básica; *Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996*. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Brasília: Disponível em: <www.mec.gov.br> Acesso em: 15 de novembro de 2009.

CORTINA, A. *O fazer ético: guia para Educação Moral*. São Paulo: Moderna, 2003.

FERREIRA, M. L. *Análise da política de integração escola comunidade: um estudo de caso do Programa Escola da Família do Estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas: 2009.

GOERGEN, P. Ética e educação: o que pode a escola? In: LOMBARDI, J. C.; GOERGEN, P. Ética e Educação: reflexões filosóficas e históricas. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Educação Contemporânea)

GROPPO, L. A. Comunidade, sociedade e integração sistêmica. Disponível em <[http://www.educadoressociais.com.br/artigos/comunidade_sociedade_e_integracao_sistemic a.pdf](http://www.educadoressociais.com.br/artigos/comunidade_sociedade_e_integracao_sistemic_a.pdf)> Acessado em 10 de maio de 2011.

JARES, X. R. *Educar para a verdade e para a esperança*. Em tempos de globalização, guerra preventiva e terrorismos. Porto Alegre: Artmed, 2005.

LA TAILLE, Y. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LA TAILLE, Y; MENIN, M. S.; et al. *Crise de Valores ou Valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

MEDIONI, G. A relação família-escola: levando em conta o ambiente. In: APAP, G. *A construção dos saberes e da cidadania: da escola à cidade*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MENIN, M. S. S. Valores na escola. *Educação e Pesquisa*, v. 28, n. 1, p. 91-100, 2002.

MENIN, M. S. S. Projetos bem sucedidos de Educação Moral: em busca de experiências brasileiras. In: Congresso de Pesquisas em Psicologia e Educação Moral: crise de valores ou valores em crise?, 1., 2009, Campinas. *Anais...* Campinas: UNICAMP/FE, 2009.

NOGUEIRA, N.. A relação entre escola e comunidade na perspectiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais. *Pátio-Revista Pedagógica*, Porto Alegre, ano 3, n. 10, p. 13-17, ago./out., 1999.

PUIG, J. M. *Práticas morais: uma abordagem sociocultural da Educação Moral*. São Paulo: Moderna, 2004.

REINERT, M. *Alceste*. Version 4.8 – Windows. Toulouse: Societé IMAGE, 2005.

SERRANO, G. P. *Educação em valores: como educar para a democracia*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SUNG, C. L. *Participação da comunidade na escola pública: os modelos colegiado e voluntariado e seus campos de significação*. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Unicamp. Campinas: 2003.

TOGNETTA, L. R. P.; VINHA, T. P. *Quando a escola é democrática: um olhar sobre a prática das regras e assembleias na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2007.